



MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento foi elaborado conforme a Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital, bem como contempla a Instrução Normativa nº 65, de 08 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Destaca-se a Capitania dos Portos de São Paulo é enquadrada com entidade não-SISG, não sendo obrigatória a utilização do ETP digital. Outrossim, por força do Dec. 11.137, de 18 de julho de 2022, que altera o Dec. 10.947, de 25 de janeiro de 2022, esta Organização Militar está dispensada da elaboração do Plano de Contratações Anual, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento de que trata o art. 5º da nova Lei de Licitações.

Processo nº 63054.003925/2024-82

Pregão Eletrônico SRP 90005/2024 da Capitania dos Portos de São Paulo

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicações pertencentes ao Programa de Medicações Especiais (PME) - Ibrutinibe 140mg.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de aquisição de medicações de tratamento oncológico para a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), em função do registro do Usuário do Sistema de Saúde da Marinha no Programa de Medicações Especiais e da indicação de médico especializado.

1.2. A contratação de empresa para aquisição de medicamentos especiais visa dar celeridade ao início do tratamento do usuário assistido por clínicas especializadas do Sistema de Saúde da Marinha (SSM) ou por Organização de Saúde extra MB credenciada (OSE).

2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.1. Em que pese a situação extraordinária que envolve a presente contratação, o objeto em questão é classificado como medicamento especial.

Medicamentos especiais são aqueles de alto custo aquisitivo, destinados à assistência de média e alta complexidade, prescritos aos pacientes assistidos pelas OMH/OMFM, que se encontrem em tratamento ambulatorial, hospital dia ou assistência domiciliar, produzidos no país e padronizados pela Diretoria de Saúde da Marinha (DSM), que fazem parte de um conjunto de especialidades farmacêuticas não contempladas no rol de medicamentos essenciais básicos disponibilizados pelo SisDiMe.

Somente poderá se candidatar ao PME, os pacientes assistidos por clínica especializada do SSM ou de OSE que possuam parecer social deferido pelo Serviço de Assistência Social da MB, sendo eles avaliados pelo comprometimento da renda mensal líquida familiar.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto a ser contratado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, trata-se de aquisição sobre demanda cujos quantitativos serão contratados diversas vezes, de modo que atenda o tratamento proposto pelo especialista do SSM ou OSE e ratificado por equipe técnica do Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD).

4. DEFINIÇÕES E ESTIMATIVAS

4.1. A demanda solicitada tem como base estimativa realizada pela Seção de Assistência Médica, tomando como parâmetro o atendimento ao tratamento de 01 (um) paciente com a referida indicação medicamentosa, com uso diário de 04 (quatro) cápsulas do Ibrutinibe 140mg, durante 14 (quatorze) meses, totalizando 1.704 (mil e setecentos e quatro) cápsulas.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

5.1. As estimativas de preços, com fulcro no art. 5º, inciso I, da IN nº 65/2021, foram subsidiadas pelo site “Painel de preços” e verificadas em diversos fornecedores quanto aos valores oferecidos.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

6.1. Com base no Mapa Comparativo de Preços, anexo aos autos deste instrumento, o valor estimado da referida contratação é de R\$ 715.765,20 (setecentos e quinze mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

7. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO, EXECUÇÃO E PAGAMENTO

7.1. As condições para a aquisição e pagamento, bem como, a execução e pagamento das garantias exigidas e das condições de recebimento, encontram-se pormenorizados no Termo de Referência.

7.2. A contratada deverá atentar-se para a descrição do objeto, provendo o material com concentração igual ao especificado no Termo de Referência e Orçamento listado.



8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A aquisição dos referidos objetos garantirão o início e a continuidade dos tratamentos dos usuários do Sistema de Saúde da Marinha, minimizando o impacto financeiro à gestão pública e aos pacientes.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

10. O parcelamento da solução é a regra devendo o processo de contratação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de potenciais fornecedores.

10.1. Desta maneira, o objeto será parcelado, sem perder sua viabilidade técnica e econômica, de modo a atender a demanda desta Capitania.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. O resultado a ser alcançado é a efetiva aquisição da referida medicação com a maior economicidade possível, evitando a compra da mesma em OSE, que utilizam como referência a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e, por contrato, repassam taxa de comercialização por item, individualmente.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DOA OM

12.1. Não se vislumbram necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e para o objeto.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

13.1. Não foi evidenciada necessidade de contratação correlata e/ou interdependente.

14. INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

14.1. O objeto da contratação ocorrerá na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

Cabe consignar que o objeto, ora tratado, possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Além disso, trata-se de serviço comum, cujo critério de julgamento será o de menor preço, sendo utilizado o modo Aberto e Fechado.

Nos termos do inciso XLI do art 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

15. GARANTIA DE ACESSO A INFORMAÇÃO

15.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP), é de acesso livre e não há restrições quanto à sua divulgação, nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária. Verificou-se que a contratação de empresa para fornecimento do objeto é de fundamental importância, pois refere-se ao fornecimento de medicações que trariam a recuperação completa ou parcial de paciente com patologia rara. Com essa contratação, será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado da necessidade do usuário do SSM inscrito no Programa de Medicações Especiais na área de jurisdição da CPSP. Diante do exposto e fto na obtenção de preço mais vantajosos para administração, declara-se ser viável a contratação pretendida.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Fornecimento dos serviços não se enquadram no Plano Diretor de Logística Sustentável(PLS), por não haver execução diretamente ligada as questões ambientais.



18. IDENTIFICAÇÃO DOS MILITARES/SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, OS QUAIS PODERÃO SER CONVIDADOS A PARTICIPAR DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

Santos, SP, 30 de setembro de 2024.

RAISSA ROSAN
Capitão-Tenente (RM2-CD)
Encarregada da Divisão de Saúde

PABLO KAUAN PEREIRA LEVY
Terceiro-Sargento (EF)
Auxiliar da Seção de Assistência Médica

Em acordo com o art.14, Inciso II, do Decreto nº 10.024/2019 RATIFICO o Estudo Técnico Preliminar.

MARCUS ANDRÉ DE SOUZA E SILVA
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesas